

Pesquisadores acompanharão uso da tornozeleira eletrônica



A pesquisa é abrangente. Calcular o impacto das reformas legais no sistema carcerário, acompanhar projetos de monitoramento eletrônico no país e verificar a reinserção na sociedade dos apenados que cumprem penas alternativas são alguns dos eixos que devem ser seguidos em *Descarcerização e Sistema Penal – A Construção de Políticas Públicas de Racionalização do Poder Punitivo*. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor de Ciências Criminais e Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul é o coordenador-geral de uma das doze linhas de pesquisa aprovadas pelo programa [CNPJ Acadêmico](#) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O resultado foi divulgado na última segunda-feira (25/10).

O edital do programa prevê financiamento de quatro anos para a finalização da pesquisa. O grupo de pesquisa coordenado por Ghiringhelli é formado por pesquisadores de três instituições de ensino superior. A PUC-RS é representada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal da universidade. Completam a equipe profissionais do Grupo Candango de Criminologia da Universidade de Brasília, sob a coordenação de Ela de Castilho, e da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por José Luiz Rattón.

Rodrigo Ghiringhelli conta que a aproximação dos três grupos foi norteadada pela interdisciplinaridade. “Em primeiro lugar a gente levou em conta a afinidade teórica entre os grupos. Depois, a diversidade regional. Nós temos um grupo do Sul, um do Nordeste e outro do Centro-Oeste. Depois, pensamos na capacidade que cada grupo tem, um em Direito, outro em Sociologia e outro em Políticas Públicas.”

São quatro eixos temáticos. Rodrigo explica que em relação às penas alternativas pretende-se discutir a reinserção dos apenados no meio social. Dependendo do resultado conquistado, pode-se até discutir o uso desse tipo de pena para todo o Brasil. Já em relação ao polêmico monitoramento eletrônico o grupo de pesquisa pretende acompanhar de perto o uso das tornozeleiras. A pesquisa também deverá dedicar tempo ao estudo da prisão preventiva, focando nos estados com os maiores e os menores índices. Segundo Ghiringhelli, 49% dos detentos do Brasil são provisórios. Por fim, o pesquisador explica que o grupo quer descobrir qual o impacto das reformas legais no sistema carcerário.

Informatização da Justiça



O estudo *Transparência, Interoperabilidade e Universalização dos Sistemas Processuais Informatizados no Brasil*, por sua vez, é composto por três sub-projetos que deverão ser desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná. Os eixos possuem relação com três áreas propostas pelo edital do programa do CNJ em parceria com a Capes: “Análise do desempenho dos órgãos do Poder Judiciário”, “Aprimoramento dos instrumentos para uma prestação jurisdicional mais eficiente” e “A utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento do Poder Judiciário — limites e desafios”.

Segundo o coordenador-geral do projeto, César Antônio Serbena, a equipe conta com profissionais e professores do Direito Processual Civil, da Informática Jurídica, da Filosofia do Direito, da Ciência Política e do Direito Administrativo e Econômico, além de mestrandos e doutorandos. A intenção é que, com o desenrolar da pesquisa, parcerias com pesquisadores nacionais e estrangeiros nas áreas de Tecnologia da Informação e da Informática Jurídica sejam firmadas.

O primeiro sub-projeto foca no estudo comparativo entre o sistema já implantado com sucesso na Colômbia e o brasileiro. Nesse ponto, devem ser estudados os sistemas de gestão de informação administrativa e judicial.

Depois, no segundo eixo, os pesquisadores devem estudar, no Direito Processual Civil, os impactos da informatização sobre a duração do processo, visando a obtenção do tempo razoável.

Também entram em discussão as ferramentas para a interoperabilidade e para a universalização dos sistemas de informática jurídica que gerem o processo. De acordo com Serbena, “o objetivo do estudo será enfatizar como pode ser obtida a universalização do sistema de gestão processual, além da comunicação entre eles, essencial à sua integração e à prática de diversos atos processuais”. A criação de sistemas variados pelos diversos órgãos da Justiça Federal e Estadual, explica, exige dos advogados o aprendizado desses sistemas.

De acordo com o cronograma da Capes, os nomes aprovados deveriam ter sido divulgados em julho. Com o atraso, os pesquisadores não puderam iniciar as pesquisas em agosto, como estava previsto. Agora, eles aguardam uma reunião com a entidade, na qual as novas datas serão definidas.

[Foto: Câmara dos Deputados]

Date Created

02/11/2010